



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

0805
SAJ

Referente: PLE nº 44/2025 - Projeto de Lei do Executivo

Autoria do projeto: Prefeito Municipal Celso Florêncio de Souza

Assunto do projeto: Altera a Lei nº 4831, de 07 de janeiro de 2005, que cria o Conselho Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano – CMHDU, o Fundo Municipal de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e dá outras providências.

PARECER Nº 452.1.1/2025/SAJ/WTBM

Ementa: Projeto de Lei. Altera o Conselho Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Possibilidade. **Tramitação em Regime de Urgência.**

I. DO RELATÓRIO

1. Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Prefeito Municipal de Jacareí, Celso Florêncio de Souza, que visa alterar dispositivos da lei que criou o Conselho Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Habitacional e Urbano.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

095
SAJ

2. Acompanha a proposição a mensagem pela qual o autor afirma que há necessidade de atualizar a estrutura e as atribuições do CMH DU para fortalecer sua representatividade e seu papel diretivo na formulação e acompanhamento da política urbana.

3. Foram apresentados os documentos referentes ao estudo de impacto financeiro.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

4. O art. 30, inciso I, da Constituição Federal autoriza o Município legislar sobre assuntos de interesse local.

5. A Lei Orgânica do Município - LOM, em seu artigo 40, incisos I e II, estabelece que:

“Art. 40 São de iniciativa exclusiva do Prefeito as Leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria e vencimentos,

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública;”



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

108
SAJ

6. Já o art. 61 da LOM atribui ao prefeito a competência para a iniciativa de leis nas formas e nos casos previstos.

7. No presente caso, a propositura também se justifica pela necessidade de adequar a legislação às inovações trazidas pela Lei Complementar Municipal 126/2025, que instituiu o Plano Diretor hoje vigente.

8. Assim, quanto à origem e matéria disciplinada, não existem óbices ao projeto em análise.

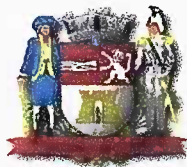
III - CONCLUSÃO

9. Salientando que não cumpre a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos a manifestação sobre o mérito da proposta, julgamos que a mesma não apresenta qualquer impedimento para tramitação no que tange à iniciativa e requisitos jurídicos, motivo pelo qual entendemos que o Projeto está apto a ser apreciado pelos Vereadores.

10. A propositura deverá ser submetida às Comissões de: a) Constituição e Justiça; e b) Obras, Serviços Públicos e Urbanismo.

11. Para aprovação é necessário do voto favorável da maioria simples, presentes, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara.

12. Ressaltamos que a propositura tramita em regime de urgência, nos termos do artigo 122 do Regimento Interno.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

1105
SAJ

13. Este parecer é opinativo e não vinculante.

Jacareí, 05 de dezembro de 2025

WAGNER TADEU BACCARO MARQUES
SECRETÁRIO-DIRETOR JURÍDICO
OAB/SP Nº 164.303